Processo Administrativo de Licitação nº 0033-01/2019
Modalidade: Pregão Presencial nº 007/2015

Objeto: “Termo Aditivo de Prazo ao contrato nº 013/2015 oriundo do Pregão Presencial nº 007/2015, que tem por objeto contratação de empresa para executar serviços de desenvolvimento e implementação de sistema de informações geográficas – SIG.

O Instituto de Desenvolvimento Urbano de Canaã dos Carajás, na pessoa de seu Ilustríssimo Presidente, devidamente nomeado (Portaria nº 619/2015 – GP), submete à apreciação desta Consultoria Jurídica o presente processo licitatório, no qual se requer análise jurídica acerca da legalidade do aditamento do contrato para a contratação de empresa para executar serviços de desenvolvimento e implementação de sistema de informações geográficas – SIG, para atender as necessidades inerentes às atividades do Instituto de Desenvolvimento Urbano de Canaã dos Carajás – IDURB.

Com efeito, denota-se que a referida contratação visa suprir as necessidades do Instituto no que se refere à implantação de serviços especializados em informações geográficas, a fim de aprimorar as atividades e serviços públicos.

Assim, a verdadeira necessidade pública que deve ser suprida pela Autarquia Municipal, foi justificada através de análises plausíveis que comprovam realmente a necessidade da prorrogação do contrato, em observância aos princípios da continuidade do serviço público, bem como da eficiência, além de se tratar de prorrogação prevista em ato convocatório e em cláusula contratual.

Outrossim, a realização de aditivo contratual encontra-se autorizada, apesar de o fundamento ser o de serviços a serem prestados continuamente, quando na verdade o contrato visa a entrega de determinados serviços que correspondem diretamente ao fim institucional da Autarquia Municipal, não havendo, portanto, possibilidades de realização de novo certame público, dadas as excelentes condições, além da necessidade de manutenção da comprovada qualidade dos serviços contratados.

Apesar de se estar diante de um contrato por escopo, isto é, que se busca um resultado final e o tempo não é elemento essencial como nos contratos de duração continuada que poderia ter reflexos econômicos com dispêndio de valores devido o aditivo de prazo. Aqui se busca única e exclusivamente o aditivo de prazo que não terá reflexos econômicos ao prorrogar a vigência do contrato até 31 de dezembro de 2020.

Conforme o TCU (informativo nº 203):

Nos contratos por escopo, inexistindo motivos para sua rescisão ou anulação, a extinção do ajuste somente se opera com a conclusão do objeto e o seu recebimento pela Administração, diferentemente dos ajustes por tempo determinado, nos quais o prazo constitui elemento essencial e imprescindível para a consecução ou a eficácia do objeto avençado. Acórdão 1674/2014-Plenário, TC 033.123/2010-1, relator Ministro José Múcio Monteiro, 25.6.2014.

Ademais, a prorrogação do prazo de vigência do contrato está prevista em cláusula contratual, a exemplo da cláusula sétima do ajuste, tendo reflexo apenas no prazo de vigência sem consequências econômicas, já que se trata de contrato por escopo e o pagamento é realizado conforme ocorre a entrega dos serviços realizados em razão da cláusula sexta do ajuste.

Resta saber, qual o fundamento jurídico se amolda ao caso, já que o contrato por escopo não possui no tempo o seu elemento essencial. Pelo relato que consta da solicitação da contratada pode-se extrair que os fatos que implicam na dilação do prazo de vigência do contrato e consequente alteração do cronograma de entrega dos produtos faltantes.

Este fato diz respeito ao ritmo da execução dos serviços que demandam participação do IDURB, como ordem de serviço para cada etapa, medição do contrato e pagamento.

Naturalmente que os fatos descritos pela contratada traduzem uma certa imprevisibilidade que, a princípio, se amolda ao inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993, a saber:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

(...)

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

Assim, há a possibilidade de realização do aditivo contratual, em virtude da “interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração” permissão legal de extensão da vigência do contrato por escopo, conforme o § 1º os “prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação” após o início da vigência da contratação.

Outrossim, cabe destacar que, de acordo com a justificativa apresentada, o único objetivo do aditivo é a prorrogação do prazo, visando à manutenção da qualidade e condições dos serviços prestados até então, não havendo qualquer alteração nos valores e condições de pagamento, assim como estabelece o parágrafo 1º, do dispositivo legal supramencionado.

Sendo assim, observa-se que não se objetiva qualquer aumento ou diminuição de preços. Pelo contrário, o objeto do aditivo é apenas a prorrogação do prazo de vigência do contrato já firmado.

Evidente que o valor do contrato não será alterado, de modo que nada obsta, portanto, o aditivo de prorrogação de prazo pretendido.

Deste modo, evidente que a presente consulta trata-se exclusivamente acerca da possibilidade da realização de aditivo contratual em virtude da necessidade de manutenção da contratação nos limites dos permissivos legais, visando dar segurança jurídica à relação contratual, ocasionando o termo do contrato incômodos institucionais ante a não realização completa do objeto avençado.

Ademais, ressaltamos que o objeto de análise para a realização do presente parecer jurídico, limitou-se a observância dos requisitos legais para a realização de aditivo contratual, ou seja, não foram analisados outros pressupostos quanto a legalidade da presente licitação, eis que já houve parecer jurídico neste sentido.

Face ao exposto, opina-se pela possibilidade jurídica da realização de aditivo contratual, desde que observadas todas as considerações aqui aventadas.

Colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos.

Cordialmente.

Marco Antonio Scaff Manna
OAB/SP nº 335.582